

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e as memórias de violência¹

The São Paulo State Immigration Museum and the memories of violence

Evelyn Ariane Lauro²

Marilda Aparecida de Menezes³

DOI 10.26512/museologia.v10i19.3642

267

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

Compreendendo que os museus podem ser, também, lugares de mobilização e enfrentamento de memórias que nos remetem a histórias marcadas por graves violações de direitos humanos, propomos analisar a exposição de longa duração do Museu da Imigração do Estado de São Paulo a partir de tais questionamentos: Sendo o processo de migração no Brasil marcado historicamente por um sem número de violências, o discurso produzido e veiculado pelo Museu o coloca dentro ou fora da categoria de lugar de memória traumática? A instituição apresenta ao público um discurso sobre a história e memória da imigração em São Paulo a partir de eixos como o desenvolvimento da metrópole cosmopolita e a criação de uma identidade nacional pluricultural, já presentes na exposição permanente do extinto Memorial do Imigrante, mas como estão articuladas as memórias de violência e trauma nesta nova narrativa?

Palavras-Chaves

Museu da Imigração. Direitos Humanos. Memória. Trauma. Discurso.

Abstract

Understanding that museums can also be places for mobilization and confrontation of memories which lead us to stories that're marked by serious human rights violations, we propose to analyze the long-term exhibition at the São Paulo's State Immigration Museum considering on such questions: being the process of migration in Brazil historically marked by a countless number of violence, the discourse produced and broadcast by the São Paulo's State Immigration Museum puts it inside or outside of the traumatic memory's place category? The institution presents to the public a discourse about the history and memory of immigration in São Paulo through axes such as the development of the cosmopolitan metropolis and the creation of a pluricultural national identity, already present at extinct Memorial do Imigrante's long term exhibition but, how are the memories of violence and trauma articulated at this new narrative?

Keywords

Immigration Museum. Human Rights. Memory. Trauma. Discourse.

Introdução

Um museu é um espaço de memórias e, embora esteja muito associado aos discursos sobre o passado, é também lugar para refletirmos sobre o nosso tempo e sobre o legado deste tempo às próximas gerações. De forma geral, podemos dizer que museus buscam registrar a memória (ou parte da memória)

¹ Esse texto é resultado da pesquisa realizada para a Monografia "O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e a memória sem trauma" apresentada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) da Universidade Federal do ABC (UFABC), com orientação da Profa. Dra. Marilda A. Menezes, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialização (Pós-graduação Lato Sensu) em Direitos Humanos, Diversidade e Violência, julho de 2019.

² Marilda Aparecida de Menezes, profa. colaboradora da UFABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais; profa. colaboradora da UNICAMP- Programa de Doutorado em Ciências Sociais; Pesquisadora IC do CNPq; menezesmarilda@gmail.com

³ Evelyn Ariane Lauro, historiadora pela UNIFESP; especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência pela UFABC e mestranda em Estudos Culturais pela USP; evelynlauro@usp.br

dos processos históricos pelos quais a sociedade passou ao longo dos tempos num constante debate entre passado, presente e futuro.

As respostas da História, enquanto operação intelectual, são sempre temporárias e a memória coletiva está constantemente em disputa. As incertezas dos tempos de pandemia e de esgarçamento dos conflitos raciais inserem novas camadas de significado nos símbolos da memória coletiva; assim, museus e patrimônio histórico-cultural voltam para o centro do debate público nos lembrando que a violência é parte do processo histórico e sua naturalização precisa ser questionada - novamente.

Neste sentido, museus podem ser também lugares de mobilização e enfrentamento de memórias difíceis\ traumáticas, que nos remetem a histórias marcadas por graves violações de direitos humanos, e é nesta perspectiva que propomos um olhar crítico para a exposição de longa duração do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

A instituição apresenta ao público um discurso sobre a história e memória da imigração em São Paulo a partir de eixos como o desenvolvimento da metrópole cosmopolita e a criação de uma identidade nacional pluricultural, já presentes na exposição permanente do extinto Memorial do Imigrante. Pretendemos analisar a exposição de longa duração *Migrar: experiências, memórias e identidades* a partir de alguns questionamentos, tais como: sendo o processo de migração no Brasil marcado historicamente por um sem número de violências, o discurso produzido e veiculado pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo o coloca dentro ou fora da categoria de lugar de memória traumática? A requalificação da instituição na década de 2000 previu, também, a readequação do discurso expositivo complexificando o debate acerca das experiências migratórias, mas como estão articuladas as memórias de violência e trauma nesta nova narrativa?

O artigo está estruturado em três partes. A primeira apresentará o museu como lugar de memórias e apagamentos; a segunda tratará do objeto central deste artigo, a exposição de longa duração do Museu da Imigração como espaço de disputa de memórias e, por fim, na terceira parte propomos um diálogo entre o relato em livro de um imigrante suíço, Thomas Davatz, sobre as condições de exploração e violência nas fazendas do Estado de São Paulo em finais do século XIX e uma bibliografia mais recente a tratar do tema.

Museu: lugar de memórias e silenciamentos

Segundo Marlene Suano (1986), o hábito de colecionar objetos acompanha a humanidade há milênios; mas, o modelo de instituição que denominamos museu tem sua origem entre os séculos XVI e XVII, com os gabinetes de curiosidades europeus, fruto das grandes navegações. Neste período, quem tinha recursos para investir constituía coleções heterogêneas com objetos de natureza e procedências das mais diversas. Possuir e acessar essas coleções era um marcador de distinção social. Com os gabinetes de curiosidade, as coleções particulares passaram a ser expostas e apresentadas a grupos seletos de nobres e iniciados nas ciências. Museu é, portanto, um fenômeno puramente colonialista que nasceu com grande viés de classe.

Durante a Revolução Francesa, após a queda da Bastilha (1791), a preocupação com a salvaguarda do patrimônio histórico francês em perigo, em meio às disputas pelo poder político, produziu as primeiras políticas oficiais de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural, dando origem, por exemplo, ao

Museu do Louvre, que em pouco tempo se tornou referência para a museologia ocidental (CHOAY, 2006: 95 - 123). Naquele momento, colecionar e preservar passou a ser uma preocupação do Estado e a concepção de museu estava atrelada à formação dos Estados-nação. No entanto, foi somente no século XIX que se popularizou, em alguma medida, o acesso ao que atualmente chamamos de museu.

Tradicionalmente, um museu é um tipo de instituição onde se guardam e exibem objetos de interesse artístico, cultural, científico, histórico, técnico ou de qualquer outra natureza material, documental e simbólica com fins de preservação, pesquisa, educação e lazer. Ainda que em constante renovação, como nos lembra Cunha (2008), o museu se apropria (porque não produz) da realidade numa relação dialética entre o lembrar e o esquecer. Ou, conforme propõe Abreu (1996), o museu fabrica imagens, num processo de disputa discursiva. Assim sendo, a exposição em museu é um discurso que busca conferir sentido simbólico e ideológico à experiência histórica.

Neste sentido, nem o museu e nem os discursos historiográficos existem fora de um contexto social. Se para Bakhtin (1988: 45), os símbolos, os signos e as ideologias não estão dissociados da realidade material, nas palavras de Leite (s/d), um museu serve “para facilitar o modo como olhamos para o mundo, para os outros e para nós mesmos”.

Longe de ser uma instituição do passado, o museu não é, portanto, distanciada da sociedade, e as exposições que produz deveriam ter consonância com as demandas sociais. Para tanto, precisam ser concebidas em diálogo com a comunidade sobre a qual e para a qual fala.

Segundo Odair da Cruz Paiva, “a relação dos Museus com o tempo presente tem sido motivo para um sem número de preocupações, problemas e desafios; estes implicam reflexão e proposições de alternativas, mudanças de posturas e criação de práticas para a manutenção, renovação e vitalidade daquelas instituições” (2014: 157). Olhar para os museus com criticidade é, portanto, corroborar para a atualização de seus discursos, quiçá contribuir para o acesso - real - das vozes conflitivas. E, se “todo processo de luta por direitos humanos é fundamentalmente uma luta por reconhecimento de um sujeito, seja ele individual ou coletivo” (Ação Educativa, 2013: 17), garantir o direito de visibilizar a fala, de partilha, construção e manutenção da memória desses sujeitos por vias institucionais, em consonância aos direitos já usufruídos pelos grupos socialmente dominantes, é também garantir cumprimento e validade de direitos humanos.

E, é na perspectiva dos direitos humanos que voltamos nosso olhar ao Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo existe onde funcionou a Hospedaria de Imigrantes do Brás. Criada a partir da política pública que visava atrair trabalhadores europeus para as terras paulistas, a Hospedaria, entre 1887 e 1978, recebeu, abrigou, ofereceu assistência médica e alimentação, expediu documentos e encaminhou para o trabalho as cerca de 3,5 milhões de pessoas de 75 países diferentes – incluindo pelo menos 1,6 milhão de nordestinos – que, estima-se, passaram por suas instalações (PAIVA, 2015: 04). Durante esse período, o edifício passou por diversas transformações estruturais, acompanhando o crescimento e as mudanças da cidade de São Paulo e do Brasil, tendo, inclusive, servido para outros fins, tais como prisão política e escola de aviação. O antigo prédio da Hospedaria dos Imigrantes se consolidou como monumento de referência para a memória coletiva sobre a imigração em São Paulo. Dentre os serviços que abrigou estiveram o Centro Histórico do Imigrante (1986), o Museu

da Imigração (1993) e o Memorial do Imigrante (1998), este último fechado para que o prédio fosse restaurado e a instituição requalificada (EXPOMUS, 2014: 8).

Reaberta como Museu da Imigração, ligada à Secretaria de Estado da Cultura e gerida pela Organização Social de Cultura Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), a instituição apresenta ao público um discurso sobre a história\ memória da imigração em São Paulo a partir de eixos como o desenvolvimento da metrópole cosmopolita e a criação de uma identidade nacional pluricultural, já presentes na exposição permanente do extinto Memorial do Imigrante. No entanto, a requalificação da instituição previu, também, a atualização do discurso expositivo que, complexificaria o debate acerca das experiências migratórias. O que nos interessa é entender como estão articuladas as memórias de violência e trauma nesta nova narrativa. A contradição que se pretende expor é a que reflete a distância entre o discurso da história oficial propagada pelo Museu e os registros de experiências dos (i)migrantes. Para tanto, tomaremos como principal contraponto o relato publicado em livro de Thomas Davatz, imigrante suíço, sobre as condições de exploração e violência nas fazendas do Estado de São Paulo em meados do século XIX, com quem faremos dialogar uma literatura mais recente acerca da questão.

Os discursos revelam, silenciam e omitem. Conforme a perspectiva de Bakhtin (1988), os silêncios são a omissão da luta de classes, do conflito, o silenciamento de vozes discordantes. Neste sentido, os ditos e os não ditos em cada discurso refletem os interesses ideológicos da classe que os exprime. Mais ou menos consciente, o discurso é, antes de tudo, produto de classe. Partilhando desta perspectiva, Jessé Souza defende que “é por conta disso que a crítica das ideias dominantes é tão importante”, exercício sem o qual não se pode superar os velhos paradigmas e nem produzir conhecimento (SOUZA, 2019: 14). Neste sentido, análise de discurso busca expor as lacunas criadas por esses silenciamentos e pelas contradições delas decorrentes, abrindo espaço para interpretações plurais da mesma experiência.

Sabemos também que os grandes museus são historicamente geridos pela elite intelectualizada e que seus membros, de maneira geral, partilham da mesma experiência sociocultural (BOURDIEU, 1987). Assim, podemos dizer, então, que para ser democrático como se pretendem, os museus precisam renunciar ao privilégio hegemônico de fala e partilhar espaço com as vozes subalternizadas, discordantes e para as experiências conflitantes.

A exposição de longa duração e a disputa de memórias

Entregue ao público quando da reabertura do museu, em 2014, a exposição de longa duração, *Migrar: experiências, memórias e identidades*, ocupa todo o piso superior do prédio principal da instituição e foi concebida por uma equipe curatorial composta por profissionais da Secretaria da Cultura, da equipe técnica do Memorial do Imigrante e da Expomus⁴, com a ajuda técnica de dois consultores especialistas, o Prof. Dr. Eduardo Góes Neves (arqueólogo) e o Prof. Dr. José Guilherme Magnani (antropólogo). O projeto contou, ainda, com um grupo de pesquisadores, que trabalhou integrado ao grupo curatorial, com a sistematização dos dados, pesquisa nos acervos e redação dos textos expositivos (EXPOMUS, 2014: 21).

4 A Expomus é uma empresa paulista que atua com desenvolvimento de exposições, criação e revitalização de museus e espaços culturais, programas educativos, gestão de acervos e outros projetos socioculturais de natureza museológica.

A exposição atual tem, em relação à anterior, dois pontos que explicitam a atualização e complexificação do discurso museológico: apresenta o processo migratório como experiência que permeia toda a história da humanidade e aproxima o discurso museológico das experiências contemporâneas, em consonância com o paradigma que aloca o museu no presente (PAIVA, 2019: 10). Para Fernandes, “sua narrativa está materializada em cinco eixos de comunicação, a saber: a) a longa duração da história da imigração; b) a história do Brasil; c) a história da Hospedaria: criação, função e transformações; d) a relação presente, passado e futuro, e e) os sujeitos” (2017: 47).

O texto de abertura dá o tom que vai tomar, de forma geral, a exposição. Apontando para o direito à diferença e igualdade de direitos, documentando a busca da instituição pelo alinhamento entre o discurso museológico e o debate acerca dos Direitos Humanos.

No texto da parede se lê:

Migrar: Mover-se de uma região à outra; sair em busca do sonho, da prosperidade, de alternativas ou na falta de todos eles; partir. O migrante é necessariamente alguém partido: uma vida permanece em sua origem, outra se lança num novo destino, incompleta. Nesse movimento, homem e destino se constroem continuamente, reelaborando práticas, afetos e identidades.

O Estado de São Paulo é um destino de migrações, tendo crescido desde o período pré-colonial no entroncamento de culturas diversas. Essa diversidade, historicamente a maior riqueza paulista, é o que nos faz iguais em nossas diferenças. Numa panorâmica de histórias e memórias, a exposição do Museu da Imigração propõe uma imersão em percursos afetivos de migrantes nacionais e internacionais de ontem e hoje. Trazendo objetos-testemunhos, imagens e depoimentos, a exposição compõe um vitral único e plural das migrações em São Paulo, pronto para ser iluminado pelas nossas experiências pessoais.

Assim, o Museu da Imigração cumpre sua função essencial: provocar a descoberta do outro em nós ao encurtar as distâncias culturais, estimulando o respeito à diferença por meio do conhecimento.

Esse breve texto nos dá elementos para iniciar discussões acerca de uma diversidade de questões relativas aos discursos sobre as migrações mas, como todo discurso é fruto de escolhas, propomos que nos atentemos a dois pontos específicos: 1) A diversidade enquanto maior riqueza paulista, reforçando o já tão debatido, mas ainda não superado, discurso de democracia racial; e 2) As expressões “panorâmica de histórias e memórias” e “imersão em percursos afetivos de migrantes” que dão o tom do discurso museológico aqui proposto: as relações afetivas entre a história e a memória da migração.

Na perspectiva posta, o museu se coloca na função de educar para o respeito à diversidade e para a não violência, e adota como metodologia a construção coletiva da empatia pelas vias afetivas, por meio da partilha pública de “nossas experiências pessoais”. É um convite.

No entanto, ao entrar na exposição, o visitante se deparava com uma instalação do artista plástico contemporâneo Nuno Ramos intitulada *É isto um homem?*, homônima ao livro do escritor italiano, prisioneiro em Auschwitz-Birkenau, Primo Levi.

Infelizmente a obra ruiu e foi removida da exposição em abril de 2019, mas ocupava o hall que abre e divide a exposição ao meio. Relacionando o trabalho e a diáspora, tratava-se de “uma instalação assemelhada a uma carroceria de caminhão (que também pode sugerir a forma de um barco) suspensa do chão e carregada com alguns milhares de tijolos – a palavra tijolo está grafada em várias línguas” (PAIVA, 2015: 04).

A instalação convocava o visitante a refletir sobre a desumanização do migrante e sua dura e pesada relação com o trabalho e, a partir de sua estrutura principal, indicava as dificuldades relativas aos deslocamentos. *É isto um homem?* é o sinal do trauma das experiências de migração.

Na parede, o convite para o resgate da memória afetiva e a poucos passos, o resgate de um evento histórico pautado no ódio e em graves violações de direitos humanos. Em questão de metros, uma importante contradição se materializava.

Seguindo a ordem dos módulos conforme a concepção do plano da exposição, o visitante segue para a sala *Diáspora*. Essa sala apresenta o que se pode considerar o principal ponto de atualização do discurso museológico da instituição. Ela anuncia a ampliação do recorte temporal e do entendimento acerca do conceito de migração. Migrações são apresentadas como “tão antigas quanto à própria humanidade e a definem”. Se por um lado essa ampliação dá condições de perceber a migração fora da chave da “grande imigração”, cujo centro do discurso sempre foi a experiência italiana, por outro, dá margens a um discurso generalista e de pouco aprofundamento, comprometendo o olhar para as experiências individuais e as identidades proposto no texto inicial.

A sala seguinte, *Imigração no Brasil*, objetiva explorar os deslocamentos como uma permanente na história do território que hoje chamamos de Brasil e, ainda que aponte para alguma especificidade referente aos deslocamentos de indígenas, europeus e africanos escravizados para e pelo território, apresentadas em três distintos conjuntos audiovisuais, o ponto central do debate neste espaço é a contribuição cultural de cada um desses grupos para a construção da cultura nacional. Mas, mesmo neste ponto, há uma peculiaridade que se faz evidente nos vídeos, enquanto o colonizador é o produtor fundamental das instituições culturais, índios e negros são apenas contribuidores.

No vídeo *A colonização portuguesa* podemos ouvir que, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás entre o fim do século XVII e começo do XVIII, “a notícia do ouro atraiu um monte de gente pra essas regiões, dando origem a novas cidades no interior do país. Cidades grandes, de 10 a 20 mil habitantes, com vida cultural rica e intensa. Arquitetura, artes plásticas, música, tudo ia se desenvolvendo com o povoamento dessas regiões”. Enquanto nos vídeos *Deslocamentos indígenas* e *A escravidão* o que se ouve é, consecutivamente: “Essa rica história mostra como é grande a influência cultural dos povos indígenas sobre o Brasil contemporâneo. Nossa língua, nossa alimentação, nossas artes, nossos hábitos, tudo tem influência indígena” e “esse processo migratório trouxe importantes contribuições para a nossa cultura. Influências linguísticas, religiosas, alimentares e tantos outros saberes e fazeres”.

A inclusão do deslocamento forçado de africanos escravizados, perspectiva que, sem dúvidas, é um convite à complexificação do debate, é uma outra importante atualização discursiva da exposição. No entanto, o que se vê não é um aprofundamento do entendimento acerca da experiência migratória ou da própria escravidão, mas um reforço do antigo discurso da democracia racial, figurada na riqueza cultural dos povos miscigenados e cosmopolitas. Isso sem mencionar o tom de naturalidade que é dada à política de branqueamento no bojo da busca pela consolidação de uma identidade pretensamente nacional.

Na parede se lê:

Ao longo do tempo, muitos povos passaram pelo extenso território que hoje é o Brasil. Embora alguns desses movimentos tenham sido ainda anteriores à chegada dos portugueses, em 1500, é impossível negar que a colonização seja um marco em nossa história. A lógica desse sistema colocou o Brasil na rota entre os continentes europeu e africano tornando o deslocamento de pessoas pelo Oceano Atlântico até mais importante que o fluxo de produtos economicamente desejáveis. Aos indígenas nativos, somavam-se colonos, escravos, traficantes e exploradores. Alguns estavam somente de passagem por aqui, mas muitos ficavam; alguns vinham por vontade própria, enquanto tantos outros eram forçados a vir.

Após a independência do Brasil, em 1822, deu-se importância à identificação de que era ou não nacional – “estrangeiro” e “imigrante” eram palavras que materializavam feições mais delineadas a partir de então. A crise do sistema escravocrata colocou a questão da mão de obra no centro das atenções, no mesmo momento em que se pretendia definir quem era o brasileiro, e que “embranquece-lo” era questão de ordem. Assim, a vinda de estrangeiros, principalmente de famílias europeias para povoar e trabalhar as terras nacionais, foi uma solução apoiada pelos governos. De lá para cá, milhares de pessoas aqui aportaram com o sonho de “fazer” a América - e de “fazer” o Brasil, São Paulo e a si mesmas.

Outro ponto a se observar é o fato de a experiência do negro e do indígena estar atrelada ao passado colonial e escravagista e encerrada nesta área da exposição.

Se a proposta inicial é apontar para a longa duração na história dos deslocamentos dos grupos humanos, a prática discursiva, ao contrário, aloca cada grupo em um determinado período da história. O discurso expositivo não contempla os deslocamentos internos dos negros escravizados, assim como os deslocamentos dos libertos pós abolição, por exemplo. E, ainda que aponte para algum efeito notado no presente, não explicita, porém, que as razões que faziam com que os grupos indígenas se deslocassem durante o período colonial estão longe da superação e que o deslocamento seguiu sendo uma das estratégias de sobrevivência desses povos.

Na sala *As Hospedarias no Contexto das Migrações* o visitante acessa dados numéricos sobre o fluxo migratório conhecido como “Grande Imigração”. A contribuição desta sala para o debate é a apresentação da existência das hospedarias de imigrantes como política pública internacional (com os exemplos de Kobe, no Japão; Bremen, na Alemanha e Gênova, na Itália) e que a construção da hospedaria que existiu no prédio onde hoje está o museu é fruto de uma complexa rede de relações políticas, sociais e econômicas. No que diz respeito à experiência da migração, a sala localiza o sofrimento e o trauma no ponto de origem e no deslocamento.

Reforçando essa postura narrativa, localizada em um cantinho discreto, quase despercebida entre um módulo da exposição e outro, a sala *Travessia: A Viagem* traz o conflito, a precariedade e a morte na experiência migrante relacionando-os ao período anterior à estada no Brasil. Associa-se a experiência traumática à viagem, mais precisamente, ao período que os imigrantes passaram dentro das embarcações. Em contraponto, o *Museo Nazionale dell'e Imigrazione*, na Itália, modelo referência para a concepção do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, conforme explicita seu plano museológico (EXPOMUS, 2014: 6), aponta para as dificuldades e as experiências traumáticas dos italianos emigrados em seus destinos, com relatos de doenças, segregação, péssimas condições de trabalho, privações na vida doméstica e morte.

Em *A Hospedaria do Brás*, espaço que apresenta ao visitante informações sobre a edificação em seus aspectos construtivos e sobre os serviços

fornecidos quando dos seus primeiros anos de funcionamento, mais uma vez o sofrimento aparece como marcas do passado, relacionadas às experiências precárias de alojamento de imigrantes anteriores à Hospedaria, figurando esta como solução definitiva, inclusive para um grave problema sanitário enfrentado pelos imigrantes na cidade de São Paulo antes de sua existência.

Toda a estrutura de serviços que atendia aos imigrantes na Hospedaria é representada por uma série de fotografias expostas nesta sala. Segundo Odair da Cruz Paiva, os representados são migrantes internos e as fotografias são parte do material enviado ao exterior para as propagandas de promoção da política de atração de mão de obra estrangeira do estado. Em suas palavras, “elas possuíam, em seu tempo, uma intencionalidade evidente: a assepsia dos problemas enfrentados pelos imigrantes e migrantes como superlotação, surtos de doenças, a transformação da Hospedaria em presídio em alguns momentos e as várias contendas entre imigrantes com funcionários” (PAIVA, 2015: 11). No entanto, não há nenhuma menção às propagandas que, como aponta Carrega (2019), foi bastante questionável no que diz respeito à veracidade das informações transmitidas.

E sobre a migração interna, mais uma vez os problemas, conflitos e fontes de sofrimento e trauma estão localizados no ponto de origem, enquanto razão para migrar. Segundo os textos de parede, os fluxos internos são associados às “secas periódicas no sertão nordestino e a existência de regiões em processo de estagnação econômica”. Essa visão se fundamenta no paradigma histórico-estrutural em que as migrações resultavam de fatores de expulsão e de atração, expressando transferências de populações de regiões ou setores econômicos considerados estagnados, arcaicos ou tradicionais para regiões modernas e/ou setores em desenvolvimento (Singer, 1971; Lopes, 1971; 1976). Uma crítica a essa perspectiva é desenvolvida por Francisco de Oliveira no artigo *Crítica à Razão Dualista*, publicado em 1977, em que afirma que não há uma região atrasada em oposição à moderna, nem setores econômicos atrasados em oposição ao moderno. Mas, é o processo de acumulação capitalista que gera desigualdades regionais de desenvolvimento. Quando ocorreu a conversão da região do café em região da indústria, começou a se redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. O papel da “região” nordeste passou a ser, de um lado, sistematicamente, a de reserva do exército industrial para as regiões consideradas desenvolvidas como as do Sudeste. O binômio expulsão-atração não dá conta de explicar o fenômeno, é preciso considerar a agência dos sujeitos no processo e, neste sentido, é salutar refletir sobre os fluxos de retorno, tão importantes social, política e economicamente quanto os fluxos de partida.

Seguindo o olhar pela exposição, a sala *Cotidiano* é um espaço cenográfico que expõe uma infinidade de objetos que podem induzir o visitante ao entendimento de que a experiência do conjunto total de migrantes que passaram pela Hospedaria foi a mesma, e que essa experiência teve como bases fundamentais a ordem, o conforto e a segurança proporcionados pelos agentes do Estado, ideia que é endossada pela seleção de cartas expostas, cujo teor é elogioso e otimista. Um ponto a se destacar no texto que introduz à sala é o uso do verbo “apresentar” e não “representar” ao se referir à “trajetória migrante”, assim mesmo no singular.

O trabalho é indiscutivelmente o ponto nevrálgico da experiência de migração e é também o ponto de maior tensão e crise (Sayad, 1998). Todavia, o foco na sala “Campo e Cidade” é o da contribuição do trabalho migrante no

processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo, em consonância com uma abordagem tradicional, como se pode ver demonstrado em inúmeros trabalhos de pesquisa (Menezes, 2015; Lopes, 1971; Lopes, 1976).

Assim como na sala *Cotidiano*, aqui objetos também são expostos de forma descontextualizada num esforço estético que tem o objetivo de produzir sensação. Numa vitrine escura que ocupa a totalidade da extensão de uma das paredes, os objetos são iluminados de forma que é possível enxergar um de cada vez, sem que seja possível ter visão total do conjunto. Concomitantemente, são acionados monitores com informações acerca de três categorias analíticas que comporiam a experiência da migração, as quais se relacionam os objetos - *Trabalho, Lazer e Vida doméstica*.

Nos monitores, em dois momentos específicos, o visitante tem acesso à intenção da curadoria com a seleção de objetos, a saber: “Na vitrine, estão presentes objetos que simbolizam os diversos tipos de trabalho realizados pelos imigrantes que aqui chegaram” e “Os objetos aqui expostos nos trazem aspectos a respeito da vida doméstica dos imigrantes que se estabeleceram em São Paulo”.

Quando os monitores passam a tratar do tema trabalho, o sofrimento enquanto parte da experiência é indicado, ainda que de forma breve e sem contextualização. Assim se lê que “o trabalho era realizado por toda a família: homens, mulheres e crianças. A vida na nova terra não era fácil” e, “o trabalho era pesado e muitas vezes mal remunerado. Frequentemente surgiam reclamações de maus-tratos e abusos cometidos pelos donos da terra, ainda acostumados com a lógica escravagista”. No entanto, a expografia não favorece esse conteúdo. Os trechos em questão formam um conjunto com um tanto de outros que são reproduzidos pelos monitores de forma sucessiva; o espaço da sala é o equivalente a um corredor estreito, o que significa se tratar mais de uma área de passagem do que de permanência, mesmo que breve. Ainda que seja preciso um estudo mais atento do comportamento do público na exposição, é fácil intuir que o conteúdo é apreendido de maneira bastante fracional.

Em *São Paulo, Cidade Cosmopolita* o foco também é o da contribuição do trabalho migrante para o processo de desenvolvimento do Estado. O que mais chama atenção no texto concebido para esta sala é o convite feito ao visitante para abstrair dos conflitos característicos da cidade de São Paulo para que se possa apreciá-la a partir da dimensão da experiência de afetividade. Na parede se lê: “Ao invés da visão da São Paulo hoje marcada pela violência, problemas sociais, trânsito caótico etc., podemos apreciá-la a partir de outro ângulo: a da ‘cidade global’, (...) uma cidade de oportunidades e trocas”.

Bom Retiro, Mooca, Santo Amaro, Brás materializa o convite feito ao visitante na sala anterior e mostra São Paulo a partir das referências afetivas que estabelecemos com a cidade. Num exercício de construção de empatia, expõe a relação destas memórias com as experiências de migração de múltiplos povos. Esta sala tem o potencial de, a partir das referências afetivas da colaboração cultural dos povos na construção do cosmopolitismo paulista, reintegrar o negro e o indígena brasileiro ao debate, mas não o faz.

Para trazer apenas um único exemplo, porém significativo, na categoria religiosidade, entre as centenas de imagens expostas, não há o registo de um único terreiro, ainda que estes figurem na cidade em número e importância social significativos.

Numa cidade na qual as memórias negras e indígenas se fazem indiciárias após inúmeras tentativas de apagamento, não tratar dessas memórias é reforçar

a política de branqueamento na qual se pautaram as primeiras políticas de imigração. Para nos limitarmos a dois exemplos bastante presentes na literatura, citamos o território do Bixiga e o bairro da Liberdade, localidades onde as narrativas imigrantes foram sobrepostas às negras e indígenas.

Não se trata de propor uma nova seleção de bairros para a narrativa da exposição; se trata de, a exemplo do que fizeram Fernanda Alves Vargas (2019), Márcio Sampaio de Castro (2008) e Nicolau Sevcenko (2004), apontar para a complexidade da questão. Se a cidade é plural, se o objetivo é “provocar a descoberta do outro em nós ao encurtar as distâncias culturais, estimulando o respeito à diferença por meio do conhecimento”, conforme o texto de abertura da exposição, como fazer isso mantendo o apagamento dessas importantes parcelas de nossa sociedade? E neste ponto, o professor Silvio Almeida em sua histórica participação no programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 22 de junho do ano passado (2020), contribui para o nosso debate de maneira cirúrgica: “Uma educação que não questiona o racismo se torna uma educação que simplesmente reproduz, com parâmetros de normalidade, a discriminação racial”.

Fechando a exposição, *Imigração Hoje* concretiza o plano inicial de trazer o debate para a contemporaneidade. Ainda que sem apontar para as especificidades dos problemas enfrentados por cada grupo populacional ao deslocar-se, o texto proposto para esta sala deixa saber que a experiência comum da migração é permeada de problemas também comuns. O texto indica que “é sabido que as pessoas que migram, tanto hoje como em tempos passados, sempre enfrentaram problemas de adaptação, situações de exploração e rupturas com suas tradições culturais e com seus vínculos familiares”.

Memórias de um colono no Brasil e a permanente violação de direitos

Um registro documental importante associado à elaboração das primeiras políticas públicas de imigração e à violação de direitos humanos é o livro *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz, publicado na Suíça em 1858 denunciando as péssimas condições dos colonos na fazenda Ibicaba, propriedade de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro - o Senador Vergueiro -, e modelo inicial para o processo de imigração em massa que ocorreria anos depois. Apenas em 1951 o livro foi traduzido para o português, em versão publicada pela Martins Fontes.

Thomas Davatz foi um mestre-escola suíço que imigrou para o Brasil com a família em 1855 incentivado pelas propagandas oficiais e contratado pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro para o trabalho na lavoura de café da Fazenda Ibicaba, naquilo que se denominou Sistema de Parceria, “primeira experiência de importação de mão-de-obra para a lavoura, promovida por uma companhia de colonização (...) na segunda metade da década de 1840” (COHEN, 2001: 188).

A vinda de Thomas Davatz e sua família para o Brasil foi resultado de uma política pública de atração de mão de obra europeia, que figurou um capítulo importante da história do Brasil. Como colono, emigrou para o Brasil com expectativas de construção de um futuro promissor, mas logo percebeu que a realidade não condizia com o que lhe fora ofertado na Europa.

O livro de memórias de Thomas Davatz explicita três objetivos centrais - expor as péssimas condições a que eram submetidos os trabalhadores livres no Brasil, socorrer os colonos que ficaram quando de sua partida em retorno à Europa e desencorajar novas vindas - e está organizado em três partes.

A primeira parte descreve São Paulo a partir dos aspectos naturais e econômicos. Nesta, o livro muito se assemelha aos tão conhecidos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX. No entanto, Davatz carrega as tintas nos aspectos desfavoráveis. Aqui o autor já anuncia que, em busca por melhores dias, os futuros imigrantes são seduzidos por uma realidade “deliberadamente falseada” (1980: 50) produzida pela propaganda que tinha como único objetivo atender aos interesses dos agentes de imigração que faturavam com os embarques. Quanto maior o número de trabalhadores embarcados, maior era o faturamento do agente e isso dava espaço para um sem número de falsas promessas. A segunda parte é dedicada ao cotidiano na fazenda apresentando detalhes sobre as condições da vida doméstica, do trabalho e aspectos da relação entre trabalhadores e administradores; denunciando uma infinidade de abusos e violências sofridas pelos imigrantes em terras brasileiras, apontando responsabilidade dos empreendedores e a anuência do Estado. A parte final narra o levante dos colonos contra a situação análoga à escravidão na fazenda, no evento que ficou conhecido como a Revolta de Ibicaba.

O autor faz questão de anunciar que seu registro está focado em sua própria experiência e nos relatos que pode coletar de outros imigrantes no tempo em que esteve no interior de São Paulo, mais precisamente na Fazenda Ibicaba, mas que tudo indica ser similar à realidade de todos os imigrantes no Brasil, independentemente de suas nacionalidades. A repercussão do livro de Davatz e da revolta foi tamanha que a Suíça chegou a proibir a imigração para o Brasil.

Recentemente, Ilka Stern Cohen aponta que Mário de Andrade “se deliciava com o tom surpreso de Davatz diante dos desmandos e engodos sofridos pelos colonos e imigrantes” e, citando trecho do primeiro artigo escrito a respeito do livro, datado de nove de agosto de 1931, demonstra as impressões do autor para a questão. Diz Mário de Andrade que, “também no sul os alemães do tempo da Independência tinham sido ludibriados (...). Os livres suíços que vinham para Ibicaba volupados pelas lendas duma terra de oiro(...) encontravam era uma legítima escravidão (ANDRADE, 1931: 7, apud COHEN, 2001: 186). Segundo a autora, ao reproduzir as acusações de Davatz, “Mario de Andrade resgatava toda uma visão negativa do sistema de colonização instituído pelos fazendeiros paulistas no século anterior, contrariando a visão oficial da parcela da elite à qual se opunha politicamente” (COHEN, 2001: 186).

Se Mário de Andrade faz com que olhemos a imigração para o trabalho na chave da experiência de frustração já nos tempos da independência, pesquisas recentes demonstram que o sofrimento é uma permanência na longa duração da história dos deslocamentos categorizados como migração e refúgio.

Pesquisa etnográfica realizada junto a refugiados dos fluxos contemporâneos atendidos por serviços de saúde mental na cidade de São Paulo demonstra como o trauma é uma “categoria que descreve a experiência de sofrimento tida como inerente à condição do refúgio” (PEREIRA, 2018: 91).

No Brasil, enquanto ponto de destino, os refugiados enfrentam a falta de assistência, de emprego, de moradia, de acesso à educação e dificuldade de sociabilidade derivada das questões raciais (racismo e xenofobia) que fazem com que o refugiado seja uma “categoria da ONU” incompleta, uma vez que há uma evidente diferença quanto à experiência dos refugiados brancos e refugiados negros (ROSSA e MENEZES, 2018), ponto que infelizmente não teremos tempo de tratar aqui.

Silva e Menezes (2012), ao tratar da memória de experiência de migração interna, defendem que na busca pelo rompimento com o presente, migrar é projetar um futuro de oportunidade e de melhores condições de vida, constituindo uma estratégia importante para as famílias. Mas, o que nos chama a atenção neste estudo é a repetição das categorias trabalho, precariedade, provisoriedade, solidariedade, sofrimento e superação nos fragmentos de memória apresentados.

Silva e Menezes (2012) trabalham com relatos de memória de nordestinos que migraram para São Paulo nas décadas de 1960 e 1970, recorte também trabalhado por Pait e Silva (2016) em *Memória e vivência: Como as histórias da migração nordestina são contadas*. Nos dois estudos, sofrimento e superação se fazem elementos centrais, mas, se aquelas focam na importância das redes de apoio para a superação dos desafios impostos pela experiência de migração, essas escolheram abordar como a experiência é transmitida para as gerações posteriores. Para elas, é justamente nesta transmissão que emergem as memórias de violência, na maioria das vezes relacionadas ao excesso de trabalho, frequentemente iniciado ainda na infância.

Em um pequeno salto no tempo, Dornelas analisa os fluxos contemporâneos de haitianos e reitera a relação entre migração, refúgio e violação de direitos, defendendo que as travessias se fazem sob violência de todo tipo, “constituindo uma contínua tragédia humanitária” (2018: 123). Segundo este estudo, nas últimas décadas, dezenas de milhares de haitianos entraram no Brasil das formas mais diversas, no entanto, a instabilidade política e financeira aqui encontrada faz com que migrem novamente.

Para além da mescla de motivações e causalidades que expulsam os indivíduos de seus territórios e da instabilidade política e financeira que impedem ou dificultam a fixação deles no Brasil, em âmbito internacional a questão das migrações está envolta, ainda, em ações criminosas de tráfico de pessoas e prostituição, denuncia Dornelas (2018).

Os estudos demonstram, portanto, que a violação à dignidade humana é uma frequente na experiência de deslocamento de migrantes e refugiados ao longo da história dos séculos XIX, XX e XXI. No entanto, as políticas públicas em defesa desses indivíduos são fruto dos debates acerca dos Direitos Humanos, movimento que nasce apenas em meados do século XX, no bojo do pós-guerra.

Piovesan (2013) nos lembra que é importante apontar para a luta internacional pelos Direitos Humanos na chave da diferença, pois a diferença entre os seres humanos foi o fundamento para as mais graves violações de direitos da história da humanidade (escravidão, nazismo, sexismo, homofobia e xenofobia, para citar os mais presentes nos debates públicos). E, neste sentido, a evidente relação entre migração, refúgio e a violação de direitos é que motiva, no âmbito da política internacional, ações específicas de proteção.

O que chama atenção é que as violações de direitos humanos tem sido experienciadas por gerações de pessoas que se deslocam no largo tempo histórico abordado pelos autores aqui citados. Podemos observar como recorrente os relatos de escravidão por débito, tortura, confinamentos ilegais, privação de acesso aos serviços de saúde e educação, privação de acesso ao direito à moradia e alimentação dignas e a xenofobia (para não mencionar a retenção de passaportes, nos casos mais contemporâneos, e os casos de violação sexual que dá especificidade para a experiência de gênero da migração e do refúgio). O que significa dizer que, mesmo com as políticas de proteção internacionais, os

Estados têm falhado na efetiva erradicação do problema, isso quando não são eles mesmos os responsáveis pela violência.

Manter viva a memória das experiências é, sem dúvida, forma de resistir contra a invisibilidade da questão e manter o debate público vivo. Neste sentido, considerando o potencial dos museus enquanto ferramentas políticas de construção e manutenção de memórias coletivas, de elaboração de discursos e de educação para a crítica é que se faz importante entender como abordam e apresentam a questão.

Considerações finais

Cotejando o relato de Thomas Davatz com a bibliografia recente sobre migração e refúgio, fica evidente a repetição das categorias trabalho, precariedade, provisoriedade, sofrimento e superação, o que nos levou a concluir que, se, por um lado, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo consegue levar ao público o entendimento de que *Nem tudo era italiano* - como defende Carlos José Ferreira dos Santos (1998) e Jeffrey Lesser (2001), por exemplo -, por outro, produz uma importante lacuna discursiva quando não leva ao debate as violências características dos processos de migração no contexto brasileiro e, mais especificamente, as produzidas pelo contexto paulista do período pós escravidão.

Ainda que a violência seja constituinte da experiência dos migrantes e da migração, conforme demonstramos neste artigo, é indubitável que a instituição privilegiou uma estratégia discursiva que aponta para os aspectos afetivos, além de valorizar a imagem de São Paulo como lugar da modernidade e das oportunidades. Nesta narrativa, os conflitos, as desigualdades sociais e as violações de direitos humanos, também característicos da experiência de cidade, ficam suplantadas. Portanto, o Museu não se inclui na categoria de lugar de memória traumática.

Todavia, compreendemos que, não falar do trauma e da violência dos processos históricos, manter essas experiências na invisibilidade, é negar a relação com seus efeitos, ainda tão presentes em nossa sociedade, o que corrobora para que práticas produtoras dessas violências permaneçam ativas e naturalizadas. Expor os conflitos, em contraponto, é garantir espaço para a voz das vítimas e de outros tantos grupos sociais diferentes daqueles que, pela hegemonia nas estruturas sociais, têm fixado narrativas.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo defende a pluralidade. Falar de (i)migração é, quase que imediatamente, falar no plural. Compreendemos, todavia, que fomentar maior visibilidade às memórias silenciadas e subterrâneas contribui para consolidar e ampliar a proposta de pluralidade.

Museu se apresenta como local propício para promover um processo educativo que, não só informa sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais mas, também, provoque tanto a crítica para a realidade quanto sentimentos de empatia, para tanto, é preciso compartilhar as experiências pelas mais diversas perspectivas, o que inclui a dor e o trauma.

Por fim, no bojo das comemorações do segundo centenário da independência – efeméride que mobiliza as memórias coletivas em torno da identidade e da história nacional, debate no qual a cidade de São Paulo, representada pelas suas instituições de salvaguarda patrimonial, faz questão de ocupar espaço central –, propor um olhar crítico para a narrativa dos museus se faz tarefa urgente.

Referências

ABREU, R. *A fabricação do imortal*. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. LAPA/ Texco. Rio de Janeiro. 1996.

AÇÃO EDUCATIVA. *Formação em Direitos Humanos* - 2012. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, 4^a ed. Tradução por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOAS, C.V.V. *O papel dos museus na transformação da cidade de Medellín: identidade, patrimônio e memória*. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução Social. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 295 - 336.

BOTTALLO, M. Os Museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 283-287, 1995.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRESCIANI, M. S. M. Introdução. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. 7 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CARREGA, A. D. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 154-171, jul./dez. 2019. Disponível em: 23 de agosto de 2020.

CASTRO, M. S. de. *Bexiga: Um bairro Afro-Italiano*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHAGAS, M. *Há uma gota de sangue em cada museu: A ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

COHEN, I. S. Thomas Davatz Revisitado: Reflexões sobre a imigração germânica no século XIX. *Revista de História*, 144. 2001. p. 181 - 211. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18914/20977>>. Consultado em 13 de abril de 2019.

CUNHA, M. N. B. da. Museus, exposições e identidades: os desafios do tratamento museológico do patrimônio afro-brasileiro. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord). *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. pp. 157 - 172.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. Edusp & Itatiaia, 1980.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. Livraria Martins Editora, 1951.

DORNELAS, S. M. Migrações contemporâneas: Desafios para a acolhida e a integração social a partir da pastoral do migrante. *Travessia: Revista do migrante*. Publicação do CEM - Ano XXXI, n° 82, Janeiro - Abril/2018. pp. 121 - 144.

EXPOMUS. *Plano Museológico do Museu da Imigração do Estado de São Paulo*, 2014. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/institucional/documentos-institucionais/>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

FERNANDES, R. A. *Perspectivas expográficas contemporâneas: as exposições do Museu da Imigração do Estado de São Paulo e do Museu do Futebol e suas contribuições para a apresentação da temática museológica* / Ricardo Alberton Fernandes; orientadora Maria Cristina de Oliveira Bruno - São Paulo, 2017.

HOFFMAN, F. E. *O espaço construído na produção de lugares de memória: Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2015. 188f.

LEITE, P.P. Para que servem os museus? Disponível em: <<http://www.plataformamacau.com/uncategorized/para-que-servem-os-museus/>>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOPES, J.R. *Desenvolvimento e mudança social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

LOPES, J.R. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma, 1971.

MENEZES, M.A. Entre a região Nordeste e São Paulo: migrantes e o trabalho no período de 1950 a 2010. In: *Migração, trabalho e cidadania*. Orgs. Dirceu Cutti; Dulce M.T. Baptista; José Carlos Pereira e Lucia M.M. Bogus. São Paulo: EDUC, 2015, p.163-183

MENEZES, M.A.; SILVA, S. R. A. Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. *Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 20, p. 16-24, 2012.

MENESES, U. T. B. de. Os museus e as ambiguidades da memória: A memória traumática. Conf. 10o. *Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina* / 18.07.2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

NEVES, K. Regina F. (coord). *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento*. São Cristóvão: Museu e Arqueologia do Xingó, 2008. pp. 157 - 172.

PAIT, H; SILVA, C. X. da. Memória e vivência: Como as histórias da migração nordestina são contadas. *Percursos*, v.2, n.1, 2016. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/7770/731bd2ba481b3f748336213a43ac7ab4f024.pdf>>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

PAIVA, O. da C. *Migrar: Experiências, Memórias e Identidades*. Análise da Exposição de Longa Duração do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis/SC. Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 2015. v. 1. p. 1193-1194. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1423576997_ARQUIVO_OdairdaCruzPaivaTextoAnaisAnpuh2015.pdf>.

PAIVA, O. da C. Museus e Memória da Imigração: Embate entre o passado e o presente. In: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (org.). *Patrimônio e História*. Londrina: Unifil, 2014. pp. 157-170.

PEREIRA, A. B. O Refúgio do trauma. Notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 79-97. disponível em: <[HTTP://http://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n53/2237-9843-remhu-26-53-079.pdf](http://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n53/2237-9843-remhu-26-53-079.pdf)>. acesso em 10 de abril de 2019.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 3.ed. São Paulo: CEBRAP, 1977.

PIOVESAN, F. Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos. *Diversitas*, [S.l.], v.1, n. 1, p. 138-146, Jul. 2013.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre Migrações e Refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER; BOGUS; BERTINO MOREIRA; VEDOVATO; FERNANDES; SOUZA; BALTAR; PERES; WALDMAN; MAGALHÃES. (Org.). *Migrações Sul-Sul*. 2ed., v. 1, Campinas: 2018, p.383-401.

SANTOS, C. J. F. dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890 - 1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SEVCENKO, N. A Cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: Incursões na entropia paulista. *Revista USP*, nº 63, novembro de 2004, p. 16-35.

SILVA, S. R. A; MENEZES, M. A. de. Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. *Resgate* 20, no. 2 (2012).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia política da urbanização*, 3ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOUZA, L. F. L. *A cenografia e as megaexposições do século XXI*. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

SOUZA, J. O racismo de nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata. In: *A Elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p. 12-75.

SUANO, M. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VARGAS, F.A. *Bixiga: entre percursos e lugares de memória nordestina na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PCHS, UFABC, 2019.